

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ATA DA 607ª (SEISCENTÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU.

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, empresa pública de capital fechado, CNPJ nº 42.357.483/0001-26, NIRE nº 53.5.0000875.6, com sede no Edifício Confederação Nacional do Comércio – CNC, 9º ao 13º andar, Setor Bancário Norte, quadra 1, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.041-902, presencial na STU João Pessoa, para apreciação dos temas relativos à 607ª reunião ordinária, com a presença do Conselheiro, LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO; da conselheira suplente, MÁRCIA RIBEIRO ABREU; e dos Conselheiros: ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA e RODRIGO DALVI SANTANA. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho: o Diretor de Planejamento, EDUARDO COIMBRA; a Diretora de Administração e Finanças, ADRIANA LINS; a Gerente Geral de Governança, ANTONIELA PATRICIA MARQUES; a Assistente Executiva, HELOÍSA MEDEIROS; a Chefe de Auditoria, MARYANE MAGALHÃES SIMÕES; a Auditora TAMIRIS DE SOUZA JOSÉ; o Gerente Técnico- Planejamento Empresarial, PABLO CASAIS MOREIRA; a Assistente Executiva, ELAYNE BEZERRA; e a Assistente Executiva KAMILA BARBOSA foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, opinaram nos termos que se seguem:

1. Comunicações Iniciais. 1.a) Recepção ao Conselheiro Leandro Enrique Pereira Espino. O Conselho Fiscal apresentou as boas-vindas ao conselheiro em sua primeira reunião. **1.b) Aprovação da minuta da ata 606ªRO.** A minuta da Ata da 606ªRO foi submetida à avaliação do Conselho e, uma vez revisada, seguirá para assinatura.

2. Apreciação das atas RO756, RO757, RO758, RO759 da Diretoria Executiva. Os membros do Conselho Fiscal procederam à análise das Atas de Reunião Ordinária da

Diretoria Executiva, de números 756, 757, 758 e 759. Após a leitura e discussão dos temas abordados, o Colegiado registrou as seguintes considerações:

- **Ata RO 758 (Item 5, Proposição 003-2026 DT):** o Conselho Fiscal solicitou esclarecimentos sobre o montante de R\$17.808.824,93 mencionado na referida proposição. Questionou-se, especificamente, se este valor já se encontra devidamente contemplado no pleito de suplementação orçamentária da Companhia. Ao final, os Conselheiros manifestaram preocupação com a magnitude deste passivo e com os impactos potenciais no equilíbrio financeiro. O Colegiado recomendou a intensificação das articulações institucionais junto à Casa Civil e à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), visando garantir cobertura orçamentária necessária.

3. Apreciação das atas RO175, RO176 do Comitê de Auditoria. O Conselho Fiscal procedeu à leitura e análise das Atas de Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria, de números 175 e 176. Após apreciação detalhada, os conselheiros manifestaram concordância com os apontamentos, recomendações e conclusões exarados pelo COAUD nas referidas Atas. O Colegiado ratificou o entendimento do Comitê de Auditoria e consignou que permanecerá acompanhando o atendimento às recomendações.

4. Execução Orçamentária – Fevereiro/2026. Foi apresentada ao Conselho Fiscal a execução orçamentária referente ao mês de fevereiro de 2026, tendo sido destacados os seguintes fatos relevantes: em 05/02/26 – Publicação da Portaria SOF/MPO Nº 28, de 4 de fevereiro de 2026, a qual estabelece procedimentos e prazos para alterações orçamentárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, no exercício de 2026, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências; em 06/02/26 – Publicação da Portaria STN/MF Nº 314, de 4 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre o demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2025 e dá outras providências com vistas a coibir a existência de execução orçamentária com fontes de recursos sem disponibilidade financeira suficiente ao final do exercício de 2026; em 10/02/26 – Envio do Ofício 001-2026/DP (Pedido SIOP nº 614299), por meio do qual solicitamos um ajuste

na distribuição orçamentária entre as fontes de recursos da CBTU para o exercício de 2026, nas ações Funcionamento e Capacitação, a fim de viabilizar a utilização integral dos recursos arrecadados no exercício anterior; em 13/02/26 – Publicação do Decreto N° 12.846, de 12 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2026 e dá outras providências; em 19/02/26 – Envio do Ofício 035-2026/P, ao Ministério das Cidades (SEI/MIDR n° 6475954 e Pedido SIOP n° 614621), por meio do qual foi solicitada suplementação orçamentária para a ação Funcionamento, sendo R\$ 65 milhões em custeio e R\$ 35 milhões em investimento; em 24/02/26 – Publicação da Portaria SOF/MPO N° 53, de 23 de fevereiro de 2026, que, entre outros, divulga o atendimento ao Pedido SIOP n° 614299, referente às ações Funcionamento e Capacitação, além de uma troca de fontes na ação Administração da Unidade; em 27/02/26 – Publicação da Portaria SOF/MPO N° 56, de 26 de fevereiro de 2026, a qual, entre outros, modifica fontes de recursos na ação Funcionamento: troca de R\$ 250 mil em custeio, da fonte 1000 para a 3050, e de R\$ 372.995 mil em investimento, da 1000 para a 3051. Ainda, foi destacado que os fatos relevantes possuem publicações do Diário Oficial da União – DOU (<https://www.in.gov.br/inicio>), dados do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, operações realizadas no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), documentos e e-mails com demandas e orientações que impactam às atividades da CEPRO/GEORC. Durante as discussões, a Diretoria informou que está em elaboração Nota Técnica a ser encaminhada ao Ministério Supervisor e à Casa Civil, com o objetivo de detalhar os impactos operacionais, financeiros e os riscos associados à insuficiência orçamentária da Companhia. O Conselho Fiscal registrou ciência da iniciativa e ressaltou a importância de que o documento presente, de forma objetiva e robusta, as consequências da não recomposição dos recursos solicitados, de modo a conferir maior materialidade ao pleito. O Colegiado reiterou preocupação com os potenciais impactos operacionais, financeiros e de segurança, inclusive quanto ao risco de descontinuidade dos serviços e eventuais responsabilidades futuras, decorrentes da manutenção do atual nível de insuficiência orçamentária.

5. Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna- RAINT 2025. A Auditoria Interna realizou a apresentação detalhada do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINR) relativo ao exercício de 2025. O documento apresentou uma visão consolidada da atuação da unidade, destacando o desempenho operacional, impactos e resultados alcançados, o fortalecimento da governança e os desafios estruturais enfrentados no período. Após as explanações, os membros do Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente ao conteúdo apresentado, dado por lido e apreciado o relatório, sem recomendações ou considerações adicionais. O Conselho Fiscal reiterou preocupação quanto à reduzida composição da equipe de auditoria interna, já registrada em atas anteriores, ressaltando a importância de sua recomposição para o adequado desempenho das atividades de controle.

6. Plano de Negócios 2026. A Gerente Geral de Governança, em conjunto com a Diretoria de Administração e Finanças e a Diretoria de Planejamento, apresentou o Plano de Negócios para o exercício de 2026. O documento detalha a estratégia da Companhia para as unidades de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, com foco em metas estratégicas, investimentos e manutenção, perspectiva orçamentária, riscos e desafios. O Conselho Fiscal analisou as premissas apresentadas e registrou preocupação com as restrições orçamentárias. No debate, destacou-se que o Plano reflete o cenário de restrição de recursos imposto à Companhia, considerando, inclusive, impactos sobre manutenção, investimentos e riscos operacionais, os quais condicionam a execução das estratégias propostas. Após os esclarecimentos, o Colegiado manifestou ciência e concordância com os termos do Plano de Negócios de 2026 e ressaltou que realizará o acompanhamento contínuo da execução das metas e objetivos traçados.

7. Metas da Diretoria Executiva - 4º trimestre 2025. A Gerente Geral de Governança, juntamente com a Diretora de Administração e Finanças e o Diretor de Planejamento, apresentou os resultados finais das metas do 4º trimestre de 2025. A exposição abordou o nível de cumprimento dos indicadores operacionais, financeiros e administrativos, destacando os esforços de gestão para a continuidade dos projetos prioritários e a mitigação de impactos decorrentes de restrições orçamentárias. Os membros do Conselho

Fiscal analisaram as informações e as justificativas apresentadas para as metas que sofreram interferências externas, ressaltando a importância de manter o alinhamento entre o planejamento estratégico e a execução orçamentária da Companhia. Após as discussões, o Colegiado manifestou-se favoravelmente ao desempenho reportado, considerando as metas do 4º trimestre de 2025 como devidamente apreciadas e validadas, sem a necessidade de recomendações adicionais.

8. Indicadores Gerais e por STUs – Janeiro/2026. A Gerência de Planejamento apresentou o relatório de desempenho operacional relativo ao mês de janeiro de 2026, consolidando os resultados da Administração Central e das Superintendências de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. A exposição destacou a evolução dos principais indicadores de serviço, comparando o desempenho atual com os mesmos períodos de exercícios anteriores para identificar tendências de demanda e eficiência operacional. O Conselho Fiscal analisou o comportamento dos indicadores de movimentação de passageiros e o cumprimento das metas. O Colegiado manifestou ciência e concordância com os indicadores apresentados, validando o relatório sem a necessidade de recomendações adicionais. O Conselho registrou que a apresentação contempla dados parciais, referentes ao mês de janeiro, sendo a análise consolidada prevista para reunião futura, conforme periodicidade de apuração dos indicadores.

Encerramento: Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 29 de abril de 2026, na STU Natal. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

LEANDRO ENRIQUE PEREIRA ESPINO
Conselheiro

RODRIGO DALVI SANTANA
Conselheiro

ANTÔNIO VLADIMIR MOURA LIMA
Conselheiro

MARCIA RIBEIRO ABREU
Conselheira

KAMILA BARBOSA
Secretária da Mesa